

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE
BARRAS

CONCURSO PÚBLICO
01/2024

ADVOGADO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

• 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova Objetiva e para a transcrição do texto definitivo da prova Discursiva;

• **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

• Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

• Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva e discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja na Folha de Respostas;

• Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;
- d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Algoritmos: o que são, para que servem e quem os inventou?

Os algoritmos se tornaram parte integrante de nossas vidas. Dos aplicativos de mídia social à Netflix, os algoritmos aprendem suas preferências e priorizam o conteúdo que lhe é mostrado. Mais de 1.000 anos antes da Internet e dos aplicativos de smartphones, o cientista e polímata persa Muhammad ibn Mūsā al-Khwārizmī inventou o conceito de algoritmos. A própria palavra vem da versão latinizada de seu nome, “*algorithmi*”. E, como você pode suspeitar, ela também está relacionada à álgebra.

Em grande parte perdido no tempo

Al-Khwārizmī viveu de 780 a 850 d.C., durante a Era de Ouro Islâmica. Muitas de suas obras originais em árabe se perderam no tempo. Ele viveu durante o Califado Abássida, que foi uma época de notável progresso científico no Império Islâmico. Al-Khwārizmī fez importantes contribuições para a matemática, geografia, astronomia e trigonometria. Ele era um estudioso da Casa da Sabedoria (Bayt al-Hikmah) em Bagdá. Nesse centro intelectual, os estudiosos traduziam o conhecimento de todo o mundo para o árabe, sintetizando-o para fazer progressos significativos em uma série de disciplinas.

O pai da álgebra

Al-Khwārizmī era um polímata e um homem religioso. Um dos principais projetos que os matemáticos islâmicos empreenderam na Casa da Sabedoria foi desenvolver a álgebra. Por volta de 830 d.C., o califa al-Ma'mun incentivou al-Khwārizmī a escrever um tratado sobre álgebra, Al-Jabr (ou *The Compendious Book on Calculation by Completion and Balancing*). Essa se tornou sua obra mais importante. Sua obra foi concebida para ser uma ferramenta prática de ensino. Sua tradução latina foi a base dos livros

didáticos de álgebra nas universidades europeias até o século XVI.

Avô da ciência da computação

Os escritos matemáticos de Al-Khwārizmī introduziram os numerais hindu-arábicos para os matemáticos ocidentais, os dez símbolos que todos nós usamos hoje. Esse é o sistema numérico que sustenta a moderna tecnologia de computação. A arte de Al-Khwārizmī de calcular problemas matemáticos estabeleceu a base para o conceito de algoritmos. Ele forneceu as primeiras explicações detalhadas sobre o uso da notação decimal para realizar as quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação, divisão) e calcular frações. Para resolver uma equação matemática, al-Khwārizmī percorria sistematicamente uma sequência de etapas para encontrar a resposta. Esse é o conceito subjacente de um algoritmo. ‘Algorismo’, um termo latino medieval nomeado em homenagem a al-Khwārizmī, refere-se às regras para a execução da aritmética usando o sistema numérico hindu-arábico. No início do século XX, a palavra ‘algoritmo’ chegou à sua definição atual e ao seu uso: “um procedimento para resolver um problema matemático em um número finito de etapas; um procedimento passo a passo para resolver um problema”.

Na próxima vez que usar qualquer tecnologia digital, lembre-se de que nada disso seria possível sem o trabalho pioneiro de um antigo polímata persa.

Revista Superinteressante. Adaptado.
Disponível em:
<https://revistagalileu.globo.com/ciencia/noticia/2024/05/algoritmos-o-que-sao-para-que-servem-e-quem-os-inventou.ghtml>

QUESTÃO 01

Segundo a reportagem, os escritos matemáticos de Muhammad ibn Mūsā al-Khwārizmī:

- (A) Influenciaram indiretamente a conceituação dos algorismos no Ocidente.
- (B) Motivaram a construção da Casa da Sabedoria, em Bagdá.
- (C) Apresentaram o conceito subjacente de algoritmo, por meio da resolução de equações matemáticas.
- (D) Foram a base de livros didáticos de diversas disciplinas nas universidades europeias até o século XVI.
- (E) Introduziram os algoritmos utilizados atualmente na tecnologia de computação.

QUESTÃO 02

Analise os excertos a seguir, retirados do texto:

- I. Essa se tornou sua obra mais importante.
- II. Ele era um estudioso da Casa da Sabedoria (Bayt al-Hikmah) em Bagdá.
- III. Sua obra foi concebida para ser uma ferramenta prática de ensino.

Nas sentenças apresentadas ocorrem diferentes tipos de pronomes. Em relação ao texto, a função desempenhada por todos esses pronomes é de:

- (A) anáfora, com a retomada de referentes mencionados no texto.
- (B) anáfora, com a introdução de novos referentes no texto.
- (C) catáfora, com a retomada de referentes mencionados no texto.
- (D) catáfora, com a introdução de novos referentes no texto.
- (E) paráfrase, com a recorrência de conteúdos como forma de sequenciação textual.

QUESTÃO 03

A alternativa que melhor reescreve a definição de algoritmo dada no texto — “um procedimento para resolver um problema matemático em um número finito de etapas; um procedimento passo a passo para resolver um problema” —, de maneira objetiva e clara, é:

- (A) Um processo com quantidade ilimitada de etapas voltado à resolução de problemas matemáticos.
- (B) Um método com quantidade limitada de etapas voltado à resolução de um problema matemático.
- (C) Um conjunto irrestrito de ações que objetivam a resolução de problemas de diferentes naturezas.
- (D) O desenvolvimento de problemas matemáticos através de um número limitado de etapas.
- (E) A ação voltada à resolução de problemas quaisquer, desenvolvida em um número ilimitado de etapas.

QUESTÃO 04

A palavra “polímata”, em seu sentido utilizado para descrever Muhammad ibn Mūsā al-Khwārizmī — “o cientista e polímata persa (...)” — é um sinônimo de:

- (A) néscio.
- (B) polígrafo.
- (C) prodígio.
- (D) portento.
- (E) estulto.

QUESTÃO 05

O conjunto de palavras a seguir, retiradas do texto, que apresenta somente palavras formadas por processos de composição é:

- (A) procedimento; subjacente; decimal.
- (B) conceito; aritmética; islâmico.
- (C) trigonometria; hindu-arábico; geografia.
- (D) astronomia; subtração; multiplicação.
- (E) universidades; tecnologia; integrantes.

QUESTÃO 06

Nas sentenças a seguir, ocorre verbo abundante apenas em:

- (A) Os materiais escolares foram comprados logo no início do mês.
- (B) Pensei que tivesse entregado os relatórios de que falei.
- (C) A Rosa me contou sobre tudo o que aconteceu.
- (D) Minha mãe foi presenteada com perfumes e flores.
- (E) Os livros transportam seus leitores para outros tempos.

QUESTÃO 07

A sentença que apresenta um advérbio cuja modificação recai sobre um adjetivo é:

- (A) Sugeriram que acordássemos bem cedo para as atividades de recreação.
- (B) O aroma da baunilha deixa o bolo de chocolate mais gostoso.
- (C) Corra depressa para chamar os seus irmãos para o jantar.
- (D) A nova redatora escreve muito bem certos gêneros textuais.
- (E) Novamente, a garota faltou à aula de literatura por problemas de saúde.

QUESTÃO 08

Analise os casos de colocação pronominal a seguir e assinale a alternativa em que as condições da sentença apresentada permitem tanto a próclise quanto a ênclise do pronome oblíquo átono.

- (A) Nunca se queixe dos seus pais, que sempre fizeram tudo por você.
- (B) Chamar-me-iam de louco se soubessem o que fiz ontem à noite.
- (C) Conhece verdadeiramente a pessoa por quem se apaixonou?
- (D) Fui embora para não o provocar.
- (E) Depois de algumas semanas, começou a maltratá-la.

QUESTÃO 09

A concordância nominal está correta apenas em:

- (A) Na esquina, vi parado o homem e sua esposa, enquanto discutiam.
- (B) Passados duas horas da primeira dose do remédio, deverá tomar a segunda.
- (C) Os brincos e as pulseiras de ouro foram leiloados ainda ontem.
- (D) Os lençóis devem ficar o mais impecáveis possíveis.
- (E) O rapaz e sua mulher ajudavam-se um a outra.

QUESTÃO 10

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa em que a expressão em destaque atua como elemento de coesão sequencial de oposição.

- (A) Mauro e André foram muito ágeis. Se não fossem **eles**, seríamos assaltados.
- (B) Ela deu-lhe todas as oportunidades. Ele, **entretanto**, não soube aproveitá-las.
- (C) A filha mais nova é muito mimada. A **garotinha** não sabe ouvir um não.
- (D) Peço-te apenas **isto**: que honre a memória da minha família.
- (E) O carro está estacionado **naquela** vaga.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

À luz da Constituição Federal brasileira, está dentre o rol de direitos e garantias individuais fundamentais o que se afirma em:

(A) é direito dos originários de países de língua portuguesa a obtenção da nacionalidade brasileira apenas por comprovação da residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(B) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

(C) é garantido o direito de herança.

(D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá expropriar a propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

(E) são a todos assegurados, mediante a fixação de taxas necessariamente módicas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

QUESTÃO 12

Considere as seguintes assertivas acerca dos Direitos Políticos previstos na Constituição Federal:

“I - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição”.

“II - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e os Vereadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, fenômeno denominado de desincompatibilização”.

“III - O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos poderão ser reeleitos para um único período subsequente, regra que não atinge quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos”.

“IV - É condição de elegibilidade a idade mínima de vinte e um anos para o cargo de Prefeito Municipal”.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I e III, apenas.

QUESTÃO 13

Acerca do regime jurídico dos partidos políticos previsto na Constituição da República, assinale a opção que revela o correto conteúdo normativo constitucional:

(A) O acesso gratuito ao rádio e à televisão é assegurado a todos os partidos políticos regularmente constituídos e inscritos no Tribunal Superior Eleitoral e que tiverem eleito ao menos um Deputado Federal ou Senador, proporcionalmente às cadeiras ocupadas no Congresso Nacional.

(B) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão os partidos políticos que, alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

(C) É permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar desde que voltada, exclusivamente, à proteção e ao fortalecimento do regime democrático de governo.

(D) Os partidos políticos registrarão seus estatutos, exclusivamente, antes e após a aquisição da personalidade jurídica, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de seu domicílio, sendo vedada a interferência estatal em sua constituição.

(E) A proteção às características regionais de índole cultural e étnica é um dos preceitos, dentre outros, relacionados à liberdade de fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

QUESTÃO 14

Considere as seguintes competências públicas:

“I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público”.

“II - Estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa”.

“III - Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar”.

“IV - Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios”.

Dentre as assertivas acima, representa competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o que se afirma em:

(A) II, III e IV, apenas.

(B) IV, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 15

O Prefeito do Município de Beta, com 20.000 (vinte mil) habitantes, consulta o procurador do Município acerca da resposta jurídica adequada acerca de sua pretensão de propositura de projeto de lei visando à redução dos subsídios dos Vereadores locais.

Diante de tal contexto, é correto afirmar, à luz da Constituição de República:

(A) o subsídio dos Vereadores no Município de Beta deve corresponder a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

(B) o subsídio dos Vereadores no Município de Beta deve corresponder a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

(C) o subsídio dos Vereadores no Município de Beta deve corresponder a trinta por cento do subsídio dos Deputados Federais.

(D) o Prefeito não detém regular iniciativa legislativa nesta matéria, cujo processo legislativo se dá no âmbito da Câmara Municipal e para eficácia reservada à legislatura subsequente.

(E) o projeto do Prefeito se submeterá a quórum de 2/3 da Câmara Municipal, em dois turnos de votação, submetendo-se à sanção posterior do Chefe do Executivo e para eficácia reservada à legislatura subsequente.

QUESTÃO 16

Nos termos da Constituição Federal, está(ão) dentre os que detêm regular iniciativa para a proposta de emenda constitucional:

(A) qualquer membro do Congresso Nacional.

(B) qualquer membro do Senado Federal.

(C) a proposta de origem popular, com ao menos 500.000 (quinhentas) mil assinaturas válidas distribuídas dentre ao menos três estados da federação.

(D) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

(E) a Mesa da Câmara dos Deputados ou a Mesa do Senado Federal.

QUESTÃO 17

Acerca da prorrogabilidade dos ajustes celebrados pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As atas de registro de preços celebradas por 12 (doze) meses são improrrogáveis.

(B) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato e isto não decorrer de culpa do contratado.

(C) Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal.

(D) A Administração poderá celebrar contratos com prazo inicial de no máximo 30 (trinta) meses nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.

(E) Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de até 10 (dez) anos nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente às expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

QUESTÃO 18

Considerando o regime da alteração dos contratos administrativos, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, aprecie as seguintes assertivas:

“I - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem no caso de reforma de edifício ou de equipamento”.

“II - As alterações unilaterais que podem ser realizadas pela Administração Pública não poderão transfigurar o objeto da contratação”.

“III - Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento”.

“IV - Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária”.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

QUESTÃO 19

Acerca da mora da Administração nos contratos administrativos e das disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos autoriza o contratado à extinção do contrato.

(B) O atraso superior a 2 (dois) meses, contado da execução da prestação contratual, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos autoriza o contratado à extinção do contrato.

(C) O atraso superior a 3 (três) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos autoriza o contratado à extinção do contrato.

(D) O atraso superior a 4 (quatro) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos autoriza o contratado à extinção do contrato.

(E) O atraso superior a 3 (três) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos autoriza o contratado à suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sem que haja direito à sua extinção.

QUESTÃO 20

Acerca da pretensão de ressarcimento ao erário relacionada a prejuízo decorrente de ato doloso tipificado como de improbidade administrativa, o Supremo Tribunal Federal fixou tese no sentido de que:

- (A) sujeita-se à prescrição de 5 (cinco) anos contados após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (B) sujeita-se à prescrição de 3 (três) anos a contar do ato ou da apuração da extensão do dano.
- (C) sujeita-se à prescrição de 5 (cinco) anos a contar do ato ou da apuração da extensão do dano.
- (D) sujeita-se à prescrição de 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (E) é imprescritível.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa correta de acordo com os termos expressos da Lei Federal n.º 11.107 de 2005:

- (A) O consórcio público poderá adquirir somente personalidade jurídica de direito público.
- (B) O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (C) É dispensável lei ratificando o protocolo de intenções que dá ensejo à criação de consórcio público, de modo que a edição de Decreto por cada um dos entes envolvidos é suficiente.
- (D) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
- (E) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de programa.

QUESTÃO 22

“_____ é a qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pelo Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria”. Considerando o trecho citado, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) Organizações da Sociedade Civil – OSC.
- (B) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.
- (C) Autarquia Especial.
- (D) Fundação Pública.
- (E) Organização Social - OS.

QUESTÃO 23

Considerando que um determinado servidor público municipal foi denunciado anonimamente em razão de suposto cometimento de infração disciplinar, com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- (B) Mesmo que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, não é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
- (C) Desde que devidamente motivada, sem a necessidade de amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
- (D) A instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima apenas é permitida quando se trata de servidor público federal.
- (E) A instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima somente é permitida em caso de infração considerada gravíssima pela autoridade competente que recebe a denúncia.

QUESTÃO 24

“Trata-se do princípio pelo qual os concessionários ou demais contratantes com o Poder Público não estão protegidos de alterações (unilaterais) no contrato por parte da Administração, que pode modificar qualitativa e quantitativamente a execução do serviço, desde que obedeça aos parâmetros legais”. Considerando o trecho citado, assinale a alternativa que traduz corretamente o princípio definido.

- (A) Princípio da modicidade das tarifas.
- (B) Princípio da continuidade do serviço público.
- (C) Princípio da mutabilidade do regime jurídico.
- (D) Princípio da igualdade dos usuários.
- (E) Princípio da generalidade dos usuários.

QUESTÃO 25

Dispõe o Código Tributário Nacional que a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. A prescrição se interrompe pelo que se afirma em:

“I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal”.

“II – pelo protesto judicial”.

“III – por qualquer ato judicial que intime o devedor”.

“IV – por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor”.

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26

Considerando a Constituição Federal, é correto afirmar que compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- (A) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (B) transmissão “causa mortis” e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (C) produtos industrializados.
- (D) propriedade de veículos automotores.
- (E) produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

QUESTÃO 27

O Município Delta editou Decreto em que corrigiu o valor venal dos imóveis para efeito de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano, de acordo com os índices inflacionários anuais de correção monetária. Considerando este cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe somente à União a atualização do IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- (B) O princípio da legalidade foi ferido, pois a atualização monetária da base de cálculo do IPTU não dispensa a edição de lei em sentido estrito formal.
- (C) É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- (D) É permitido ao Decreto a majoração real do IPTU.
- (E) É permitido ao Decreto apenas a instituição de tributos, mas a majoração do IPTU somente à lei em sentido estrito formal poderá.

QUESTÃO 28

Considerando as disposições da Constituição Federal quanto ao tema das contribuições sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) As contribuições sociais podem ser utilizadas com efeito de confisco no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu.
- (B) As contribuições sociais não se sujeitam às anterioridades, nem nonagesimal, nem anual.
- (C) A anterioridade nonagesimal aplicável às contribuições sociais é computada cumulativamente com a anterioridade anual.
- (D) As contribuições sociais podem ser exigidas e aumentadas pela União sem lei em sentido estrito formal que estabeleça.
- (E) A majoração de contribuição social se sujeita à anterioridade nonagesimal.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa correta considerando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional.

- (A) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.
- (B) A lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, nem à determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- (C) A moratória somente pode abranger os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- (D) A moratória somente pode ser concedida em caráter geral.
- (E) A moratória somente pode ser concedida em caráter individual.

QUESTÃO 30

Sobre as Certidões Negativas, conforme disposições legais previstas no Código Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- (A) a lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.
- (B) a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa não tem o efeito de negativa para fins de comprovação de quitação de determinado tributo.
- (C) a certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 30 (trintas) dias da data da entrada do requerimento na repartição.
- (D) a responsabilidade do funcionário pela certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública é exclusivamente criminal e funcional.
- (E) independentemente de disposição legal permissiva, será obrigatória a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, mesmo quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, o contribuinte favorecido pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

QUESTÃO 31

Considere as seguintes assertivas:

“I – a isenção”.

“II – a anistia”.

“III – o pagamento”.

“IV – a conversão do depósito em renda”.

De acordo com o Código Tributário Nacional, excluem o crédito tributário o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

Considerando o quanto disposto na Lei Complementar nº. 101/00, acerca das operações de crédito, a verificação do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação será realizada pelo(s):

- (A) Banco Central.
- (B) Órgãos do Poder Legislativo.
- (C) Tribunais de Contas.
- (D) Ministério da Fazenda.
- (E) Ministério Público.

QUESTÃO 33

Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disposição normativa trazida pela Lei Complementar nº. 101/00, assinale a opção correta:

(A) os Municípios contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação apenas se houver autorização na lei de diretrizes orçamentárias.

(B) a lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Metas Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

(C) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei de diretrizes orçamentárias.

(D) o Anexo de Metas Fiscais deverá conter, dentre outros, a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

(E) a lei de diretrizes orçamentárias deverá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

QUESTÃO 34

Para efeito da Lei Complementar nº. 101/00, entende-se por transferência voluntária:

(A) a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

(B) a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas jurídicas da administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições próprias, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

(C) a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

(D) a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades exclusivas de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

(E) entrega exclusiva de recursos a outro ente da Federação, pessoas físicas ou jurídicas, de toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

QUESTÃO 35

Considerando o quanto disposto na Lei Federal nº 4.320/64, acerca dos créditos adicionais, assinale a opção correta:

(A) os créditos adicionais são autorizações de despesas cujos limites estejam dotados na Lei de Orçamento.

(B) os créditos adicionais classificam-se apenas em suplementares e especiais.

(C) os créditos especiais são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

(D) os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

(E) Os créditos suplementares são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

QUESTÃO 36

Sobre a despesa pública, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, assinale a opção correta:

(A) o empenho de despesa é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

(B) a ordem de pagamento é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

(C) as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias não poderão ser movimentadas por órgãos centrais de administração geral.

(D) é vedada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária, mesmo quando considerada indispensável à movimentação de pessoal dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas, e que se realize em obediência à legislação específica.

(E) a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

QUESTÃO 37

Sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, dispostos na Lei Federal nº. 8.245/91, assinale a opção correta:

- (A) o contrato de locação não residencial, por prazo indeterminado, pode ser denunciado por escrito, pelo locador, concedidos ao locatário ao menos noventa dias para a desocupação.
- (B) do direito à renovação da locação não residencial decai aquele que não propuser a ação no interregno de seis meses, no máximo, até três meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.
- (C) é livre a convenção do aluguel, sendo vedada apenas a sua estipulação em moeda estrangeira.
- (D) o contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênua conjugal, se igual ou superior a dez anos.
- (E) o contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, independente, em qualquer caso, de vênua conjugal.

QUESTÃO 38

Assinale a assertiva que não corresponda aos serviços concernentes aos registros públicos previstos no parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei nº. 6.015/73 :

- (A) o registro civil de pessoas naturais.
- (B) o registro civil de pessoas jurídicas.
- (C) o registro de títulos e documentos.
- (D) o registro de imóveis.
- (E) o registro de protesto.

QUESTÃO 39

Assinale a opção que adequada e respectivamente preenche as lacunas correspondentes à assertiva a seguir:

Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de _____ dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de _____ quilômetros da sede do cartório.

Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros _____ dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

- (A) cinco, cinquenta, cinco.
- (B) quinze, trinta, oito.
- (C) três, cem, dez.
- (D) dez, sessenta, doze.
- (E) trinta, quarenta, quinze.

QUESTÃO 40

Acerca dos contratos de seguro e responsabilidade civil, assinale a opção correta que corresponda expressamente a entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- (A) a embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida.
- (B) o suicídio não é coberto nos cinco primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, ressalvado o direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada.
- (C) em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, subsidiariamente, junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- (D) no seguro de responsabilidade civil facultativo, cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.
- (E) ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco, a seguradora não tem o dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação

QUESTÃO 41

Roberta ajuizou ação pelo procedimento comum contra o Município de São Paulo, na qualidade de professora pública municipal, requerendo o pagamento de uma verba remuneratória que não havia recebido, em contrariedade à Constituição. Após a citação do Município e regular curso do processo, o juiz condenou o réu ao pagamento da verba remuneratória e, em seguida, o cartório da serventia do juízo procedeu à intimação eletrônica das partes com o teor da sentença. A respeito do fato hipotético descrito acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município de São Paulo poderá opor embargos de declaração no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso tenha indícios de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na sentença, contando a partir do primeiro dia útil que seguir ao da publicação.
- (B) O Município de São Paulo terá um prazo de 30 dias úteis para apresentar eventual recurso de apelação, contando a partir da intimação.
- (C) O Município de São Paulo poderá alegar nulidade da intimação, tendo em vista que ocorreu por meio eletrônico e não de maneira pessoal, através de carga ou remessa, como previsto em Lei.
- (D) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 42

Benjamin ajuizou ação de responsabilidade civil, buscando indenização por danos materiais e morais em face de Carla. No processo lhe foi concedida gratuidade da justiça, mas a ação foi julgada totalmente improcedente, pois não conseguiu comprovar a culpa ou o dano causado pela parte contrária.

Dessa forma, Benjamin foi condenado em honorários de sucumbência, todavia, por ser beneficiário da justiça gratuita, a exigibilidade dos honorários ficou suspensa.

Após três anos do trânsito em julgado da sentença, o advogado de Carla ficou sabendo que Benjamin havia recebido uma herança milionária de seu pai e o procurou para cobrar os seus honorários fixados na sentença da ação improcedente movida contra sua cliente.

Considerando a hipótese apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) Depois que a sentença transitar em julgado, o advogado de Carla fica impedido de cobrar os honorários de sucumbência.
- (B) A concessão da gratuidade de justiça é irrevogável, então o advogado de Carla não poderá cobrar os honorários de sucumbência.
- (C) O advogado de Carla somente poderia cobrar os honorários de sucumbência no prazo de 1 ano após o trânsito em julgado da sentença.
- (D) O advogado de Carla somente poderia cobrar os honorários de sucumbência no prazo de 2 anos após o trânsito em julgado da sentença, se demonstrasse que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos de Benjamin.
- (E) Se, dentro do prazo de 5 anos após o trânsito em julgado da sentença, o advogado de Carla conseguir provar que a situação de insuficiência de recursos que levou à concessão da justiça gratuita para Benjamin não existe mais, ele poderá cobrar os honorários de sucumbência.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa INCORRETA em relação à tutela antecipada requerida em caráter antecedente, prevista no Código de Processo Civil.

- (A) Pode ser concedida antes da citação do réu, desde que presentes os requisitos legais.
- (B) Visa assegurar a efetividade do processo e a eficácia da decisão final.
- (C) O autor deverá adiantar as custas processuais apenas se concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente e arcar com os ônus de sucumbência caso a ação seja julgada improcedente.
- (D) Sua concessão depende da demonstração da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- (E) Somente pode ser requerida em ações que tenham por objeto prestação de fazer, não fazer ou entrega de coisa.

QUESTÃO 44

Acerca do recurso de apelação, considere as seguintes assertivas:

- I – Os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz após o juízo de admissibilidade.
- II – Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões.
- III – O pedido de concessão de efeito suspensivo na hipótese da sentença que condena a pagar alimentos poderá ser formulado por requerimento dirigido ao relator, se já distribuída a apelação.
- IV – As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação.
- Está CORRETO o que se afirma em:
- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa que contenha corretamente o órgão responsável por fiscalizar e promover a implementação das políticas de igualdade racial no Brasil, conforme estabelecido na Lei nº 12.288/2010.

- (A) Ministério da Justiça.
- (B) Ministério da Educação.
- (C) Conselho Nacional de Educação (CNE).
- (D) Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).
- (E) Sistema Único de Assistência Social (Suas).

QUESTÃO 46

Segundo as Súmulas dos Tribunais Superiores e a Lei 8.080/90, em relação a promoção, proteção e recuperação da saúde, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) A recusa de cobertura securitária pelo plano de saúde, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- (B) Não compete à direção municipal do SUS (Sistema Único de Saúde) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- (C) Não está incluída no campo de atuação do SUS (Sistema Único de Saúde) a execução de ações de assistência terapêutica integral.
- (D) A recusa de cobertura securitária pelo plano de saúde é lícita sob a alegação de doença preexistente.
- (E) Está incluída no campo de atuação do SUS (Sistema Único de Saúde) a execução de ações de assistência terapêutica integral, exceto farmacêutica.

QUESTÃO 47

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei 11.340/2006, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz não pode proibir o contato com a família da ofendida por meio de redes sociais.
- (B) O juiz pode, sem ouvir o Ministério Público, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida.
- (C) O juiz não pode restringir ou suspender as visitas aos dependentes menores do agressor, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- (D) O juiz pode aplicar ao agressor a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- (E) O juiz não pode requisitar auxílio da força policial.

QUESTÃO 48

De acordo com a Lei 7.347/85 que disciplina a ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para apresentar contestação é de 30 dias.
- (B) A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) possui legitimidade para propor uma ação civil pública.
- (C) Todos os recursos propostos em relação às decisões proferidas no curso da ação deverão ter efeito suspensivo.
- (D) A ação civil pública poderá ser utilizada para veicular pretensões que envolvam fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- (E) O Ministério Público não tem legitimidade para propor uma ação civil pública.

QUESTÃO 49

O crime de furto está tipificado no art. 155 do Código Penal, com a seguinte redação: “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel – pena: reclusão de 1 a 4 anos, e multa” (caput). Com relação ao furto privilegiado e ao furto qualificado, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado.
- (B) Se é de pequeno valor a coisa furtada e o criminoso é reincidente, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção ou aplicar somente a pena de multa.
- (C) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.
- (D) Se é de pequeno valor a coisa furtada e o criminoso é primário, o juiz não pode aplicar somente a pena de multa.
- (E) Se o crime é praticado durante a noite, a pena diminui-se de um terço.

QUESTÃO 50

De acordo com a Lei 1.079/50 que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, assinale a alternativa INCORRETA a respeito do que são os crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

- (A) Expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição.
- (B) Incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina.
- (C) Tomar ou autorizar durante o estado de sítio, medidas de repressão que excedam os limites estabelecidos na Constituição.
- (D) Servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua.
- (E) Provocar animosidade entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as instituições civis.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

O Município de Beta promoveu lançamento fiscal e autuação em desproveito da Pousada Serra Alta, situada em área turística do território municipal, que não recolheu o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre os valores cobrados dos turistas para se hospedarem nas dependências da pousada.

A contribuinte se irresignou com a exação fiscal, não obtendo êxito em âmbito administrativo, pois o Município manteve seu entendimento de regular incidência tributária.

Tendo havido a propositura da execução fiscal por parte do Município, a Pousada Serra Alta propôs embargos à execução, tempestivamente e com caução ao juízo.

Alegou a Pousada, então Embargante, que, ainda que a hospedagem conte com a prestação de serviços típicos do setor hoteleiro (refeição, limpeza, estacionamento, etc.), todos incluídos no preço global da diária, a relação jurídica deve ser predominantemente conceituada como de “obrigação de dar”, insuscetível de caracterização técnica como serviços ou obrigações de fazer sujeitos à tributação pelo ISSQN, razão pela qual já haveria Súmula de Tribunal Superior recusando incidência de ISSQN em locação de bens.

O Município de Beta exerceu o contraditório.

Sobreveio sentença de mérito exarada pelo Juízo da Vara Única da Fazenda Pública da Comarca de Beta, o qual concluiu pela procedência dos embargos à execução, extinguindo a execução fiscal e condenando o Município aos ônus integrais de sucumbência.

Foi interposta apelação pelo Município, a qual foi desprovida, tendo a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça Estadual mantido o entendimento do Juízo Singular, pelos mesmos fundamentos, os quais acolheram os argumentos da contribuinte, majorando a sucumbência em virtude da atuação do advogado vencedor em âmbito recursal.

A Procuradoria do Município de Beta foi validamente intimada acerca do v. acórdão de desprovidamento da apelação.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município de Beta, adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a *reforma* do v. acórdão proferido pela Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça Estadual, no mérito e sob a perspectiva *constitucional*.

Considere, para este fim, que a legislação municipal vigente não contém conteúdo normativo diverso do ordenamento incidente em plano nacional.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

